



Interferências Urbanísticas implementadas pelos Agentes Estadonovistas em São José dos Campos

Luiz Laerte Soares¹

Resumo

Desde o início do Século XX, a cidade de São José dos Campos vinha sendo procurada por tuberculosos, que, em busca do clima alardeado como tonificador para os doentes do peito, encontravam uma cidade desestruturada para abrigá-los. A falta de estrutura evidenciava-se pela insuficiente distribuição da água e a precária coleta de esgoto. Além destas precariedades a cidade não possuía calçamento em suas tortuosas e estreitas vias, e a deficiente coleta de lixo não era realizada com frequência. Este cenário desolador, símbolo do atraso social e econômico, foi redesenhado após as intervenções autoritárias dos prefeitos nomeados pela ditadura varguista. A reconstrução da cidade contou com o braço intervencionista do “Estado Novo” no final da década de 1930. A aplicação de recursos financeiros, de conhecimentos técnicos e científicos e fundamentalmente, do autoritarismo, imprimiram a modernidade em São José dos Campos.

Palavras-chave: autoritarismo, infra-estrutura e urbanismo

Urbanistic Interferences Implemented by New State Agents in São José dos Campos

¹ - Historiador, mestrando pela UNIVAP – Universidade do Vale do Paraíba em São José dos Campos-SP, no curso de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. E-mail: laert7@yahoo.com.br

Abstract

Since the beginning of the XX century, the city of São José dos Campos was searched for TB Sufferer, that in search if the flaunted climate as invigorating to the chest sick ones, found also a city not ready to shelter them. The lack of structure was evident by the insufficient water distribution and the precarious sewer collection, besides these precarious ness the city didn't have paving in its narrow winding ways and the defective garbage collection was not often done. This desolating scene, symbol of economical and social delay, it was redesigned after the authoritarian interventions of the mayors appointed by the varguist dictatorship. The reconstruction of the city counted on the interventionist support of the "New State" by the end of the 1930 decade, the funds investment, of technical and scientific knowledge's and basically the authoritarianism, instilled the modernity in São José dos Campos.

Key-words: authoritarianism, infra-structure and town planning

Modernidade Joseense

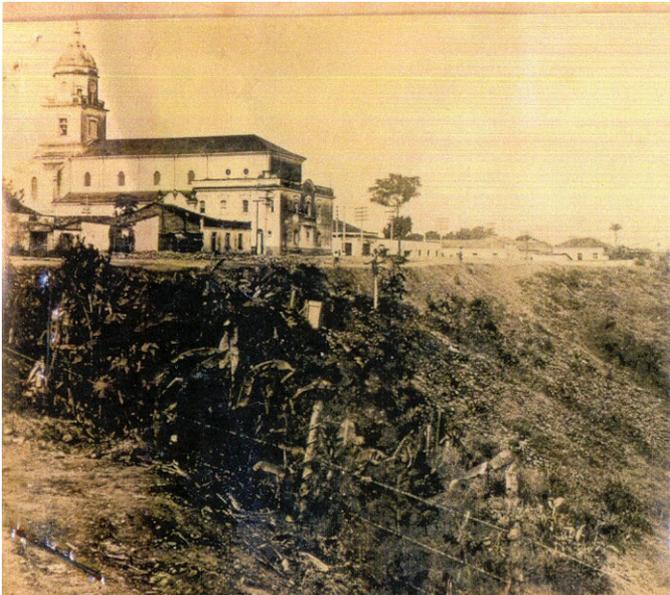


Foto: FLÓRIO, J. Relatório da Inspeção Preliminar do Município e Estância Hidromineral e Climatérica de São José dos Campos. Apresentado ao Departamento de Saúde Pública do Estado de São Paulo, 1944.

Em 1937, após um golpe continuista, Getúlio Vargas suprimiu a Constituição de 1934 e outorgou uma nova Constituição com características autoritárias, instalando um regime centralizador, disseminador do nacionalismo e da integração nacional. Com este aporte, Vargas patrocinou com habilidade diversos acordos entre as elites e manejou a política econômica de forma a não prejudicar os setores dominantes.

Com a decretação do Estado Novo, todas as Câmaras Legislativas foram dissolvidas, os governadores estaduais se transformaram em agentes do governo central ou interventores e os prefeitos passaram a governar como prepostos desses interventores. Tal situação, segundo Jamenson (1965), permaneceu até a restauração do regime democrático em 1946, com a promulgação de uma nova constituição.

Diêgoli (1996) ressalta que no período do Estado Novo a proposta era de reorganizar o país e a sociedade, e um dos caminhos a ser percorrido para atingir esses pressupostos era o da construção de

uma nova cidade e uma nova arquitetura. No contexto das interferências urbanísticas, Leme (1999) assegura que, neste período ditatorial, observa-se nas principais cidades brasileiras a realização de obras que transformam radicalmente as estruturas urbanas, principalmente no que se refere ao sistema viário.

Como exemplos destas obras, Leme (1999) cita o Plano de Avenidas do prefeito Prestes Maia na cidade de São Paulo, no Rio de Janeiro o criticado Plano Agache, que foi assumido em alguns pontos pela Comissão do Plano da Cidade na administração do prefeito Henrique Dodsworth, e na capital gaúcha, Porto Alegre, onde se desenvolveram obras propostas pelo plano de urbanização do município.

Em abril de 1938, Adhemar de Barros assume o comando do governo, como Interventor do Governo Vargas no Estado de São Paulo, nomeando, em junho daquele ano, Francisco José Longo para prefeito sanitário da Estância Climática de São José dos Campos.

Com a demissão do interventor paulista, em junho 1941, o prefeito de São José dos Campos também é substituído. No entanto, neste curto período, sob a intervenção de Adhemar de Barros (1938 a 1941), são construídos diversos equipamentos urbanos e uma arquitetura que expressa a nova linguagem modernizante. Ressaltam-se as obras viárias de Prestes Maia, na capital paulista, e, no plano local, destacam-se as obras de saneamento e de embelezamento da cidade e o início da transformação do sistema viário joseense.

Além das interferências urbanísticas, na gestão do Prefeito Sanitário José Longo, buscou-se, também, formar cidadãos submissos às ordenações do Estado Novo, tal era o poder intervencionista empregado pelos agentes varguistas em São José dos Campos.

Em substituição à Adhemar de Barros, Getúlio Vargas nomeou Fernando de Sousa Costa como interventor paulista, e na prefeitura da Estância joseense, Pedro Popini Mascarenhas, assumiu como Prefeito Sanitário nomeado, dando continuidade ao plano de modernização iniciado na gestão anterior.

A leitura da matéria jornalística intitulada “O Estado Novo e a nossa terra”, do semanário joseense, A Folha Esportiva, de 11 de novembro de 1938, permite, depois de mais de seis décadas, uma reinterpretação de um período em que o Governo Federal, amparado em seu autoritarismo, destilou em São José dos Campos seu ideário de modernidade.

Esta matéria do semanário mencionado ganhou destaque na edição especial comemorativa do primeiro aniversário do golpe de Estado, que instituiu a ditadura varguista no Brasil:

“...Eis aí um exemplo que deve ser imitado por todos quantos tem o dever de interpretar o Estado Novo, maximè, por aqueles que ora se julgam dominando a situação.

...São José dos Campos, ‘por uma fatalidade destas que descem do Além’, após ter sofrido tantas decepções políticas e administrativas também pode, hoje, cantar hosanas aos céus, por se achar perfeitamente enquadrada no Estado Novo, tendo como seu governador a simpática figura do engenheiro Senhor Doutor Francisco José Longo, homem de fino trato, administrador proficiente, á quem não devo e nem pretendo pedir favores, mas que se impôs no meu conceito simplesmente porque é reto, é probo, é justiceiro. Porque, finalmente, soube encarnar bem o novo regimen em vigor.

... E São José dos Campos, agora, caminha pela senda do progresso, desembaraçada, como felismente está, das peias nefandas dos partidarismos...

...Ó bemdito Estado Novo, permaneci comnosco para todo o sempre,...”² (SOUZA;SOARES 2002, p.69)

A possibilidade de se implementar intervenções urbanísticas de porte em São José dos Campos, visando o saneamento da infraestrutura, a reforma do sistema viário e a modernização arquitetônica da cidade, robusteceu-se a partir do golpe varguista de 1937, o qual caracterizava-se como um governo autoritário que propagandeava a criação, segundo Bertolli Filho (1996, p.26), de um homem novo. Alia-se a isso o fato de, no contexto estadual, Adhemar de Barros, interventor nomeado por Getúlio Vargas, apresentar um plano de recuperação econômica para a região do Vale do Paraíba paulista.

Frente a tantas promessas, muitos joseenses acreditavam que no lugar da cidade acanhada surgiria em pouco tempo uma cidade funcional e dinâmica. O motivo de tanta celebração devia-se ao fato da

² Este artigo do semanário intitulado A Folha Esportiva, veiculado na cidade de São José dos Campos no final da década de 1930, foi aqui parcialmente reproduzido em sua ortografia original.

história do município confundir-se com a pobreza. O reduzido sucesso da cafeicultura nas últimas décadas do século XIX e posteriormente a exploração econômica da tuberculose nas primeiras décadas do século XX, não trouxeram recursos suficientes para a modernização local.

A partir do final da década de 1930, o poder público municipal determinou, através da legislação, obras de melhoramentos na cidade, iniciando pela demolição de casas da área central consideradas insalubres, recuperação da rede de água e esgotos e o impedimento do uso de cisternas e fossas. Posteriormente, as vias centrais receberam calçamento e foi formulada extensa legislação para regulamentar as construções.³

Ressalta Bondezan (1967, p.40), que no contexto da região do Vale do Paraíba paulista do início do século XX, São José dos Campos era a cidade mais pobre de uma região pobre e conhecida como a cidade dos enfermos, pejorativamente no Vale do Paraíba, a cidade era também conhecida como terras dos “*três esses*”: samambaias, saúvas e sapés, indicando que a qualidade do solo não era recomendada para a agricultura em larga escala.

Desde o início do século XX, a cidade era procurada por tuberculosos, sem contudo possuir estrutura adequada para uma Estância de tratamento destes infectados. Após o alarde de que o clima joseense restabeleceu a saúde do médico tísico Nelson Dávila, a cidade passou a ser ainda mais procurada pelos tuberculosos.

A maioria dos infectados buscava socorro médico-assistencial filantrópico, a miserabilidade da maior parte dos tuberculosos confundia-se com a pobreza dos joseenses. Isso conferia à cidade um caráter de acampamento de pectários, afugentando tanto os sadios quanto o capital necessário para dinamizar a apática economia local (BERTOLLI FILHO, 1996, p.13).

No início da década de 1930, a cidade abrigava um grande número de tuberculosos, bem como, muitas clínicas fisiológicas, uma rede de sanatórios particulares e pensões sanatoriais, entretanto, faltavam verbas para a administração pública implementar alterações urbanas condizentes com uma estação de tratamento de doentes do peito e também sanear as precariedades na infra-estrutura básica.

³ Pelo Decreto Estadual nº 7007 de 12 de março de 1935, São José dos Campos foi transformada em Estância Climatérica e passou a ser administrada por prefeitos nomeados pelo Estado. É importante destacar que somente a partir de 1938, na gestão do Prefeito Sanitário Francisco José Longo foi que a cidade passou a receber um aporte de verbas para os melhoramentos na infra-estrutura.

De acordo com Mascarenhas (1953, p.190) somente a partir de 1935, a cidade de São José dos Campos foi elevada à condição de Estância Climatérica administrada diretamente pelo Estado através dos prefeitos sanitários. Cabe lembrar que as receitas da Estância Climatérica foram constituídas pelos impostos e taxas arrecadados pela Prefeitura e pelo Estado, com a seguinte aplicação: a) as rendas municipais, na manutenção da administração municipal, inclusive o serviço das dívidas da Prefeitura; b) as rendas estaduais, em serviços públicos.

A falta de verbas públicas, as precariedades na infra-estrutura básica e o desenho urbano de características coloniais, ou seja, ruas estreitas, tortuosas e sem calçamento, constituíam um grande entrave e a grande contradição para uma Estância de cura da tuberculose, pois neste ambiente insalubre os tuberculosos buscavam a cura.

Em 1930, foi elaborado um minucioso relatório sobre o perfil sócio-econômico de São José dos Campos pelo estudante, João Ferraz Amaral, da Faculdade de Medicina de São Paulo. De acordo com o graduando em medicina, além da precariedade dos serviços públicos essenciais, a cidade abrigava um grande número de prédios velhos, muitos mendigos, ruas sem calçamento, empoeiradas, sujas e sem arborização, praças sem ajardinamento, infinidade de terrenos baldios, configurando-se numa cidade descuidada e abandonada pelos poderes públicos. (AMARAL,1930, p.142).

Neste período, segundo Amaral (1930, p.140), a distribuição de água era insuficiente e captada em fonte de propriedade municipal distante aproximadamente 12 km do centro urbano, não havendo nenhum tratamento químico ou bacteriológico para seu fornecimento.

Apenas 1.168 edificações eram ligadas à rede de distribuição de água, e, destas, 484 eram servidas pela rede de esgotos. A deficiente distribuição de água e a precária coleta de esgotos somavam-se à um cenário desolador, constituindo pelas casas depauperadas e traçados desalinhados das ruas, desenhando, segundo o graduando paulistano, um aspecto “lúgubre e sombrio”.

Este espectro de ruínas foi demonstrado, pelos médicos da cidade, ao chefe do executivo estadual, Adhemar de Barros, através de um detalhado relatório que objetivou transformar a precária estação de cura da tuberculose em Estância Climatérica, amparada pelos recursos e autonomia do Estado Interventor.⁴

⁴ Relatório: Justificação da transformação da Prefeitura Municipal de São José dos Campos em Prefeitura Sanitária. Trata-se de um documento pertencente ao Arquivo da

No início da década de 1930, a elite joseense se organizou, e demonstrou grande interesse pelo intervencionismo estatal, sob a alegação de que somente uma administração municipal amparada pelos braços e verbas estatais, poderia solucionar os grandes problemas urbanos e de serviços médicos voltados para a prevenção e tratamento da tuberculose.

O governo do Estado de São Paulo não tardou a reconhecer o pleito da elite, transformando a cidade, em 1935, em Estância Climatérica, nomeando, a partir desta data, os prefeitos sanitários para administrar a Estância, que eram, preponderantemente, médicos ou engenheiros sanitários.

O estreito alinhamento entre o Interventor Federal, Adhemar de Barros e Francisco José Longo, nomeado Prefeito Sanitário em junho de 1938, foi decisivo para que se fizessem as dotações orçamentárias necessárias para viabilizar um plano de obras urbanísticas⁵ de porte. Obras como a construção de uma rede para a distribuição de água potável, principalmente a desapropriação dos imóveis do lado par da Rua São José.

Sobre os escombros desses imóveis romperiam os sinais do atraso e uma artéria urbana moderna brotaria como signo da ordem sanitaria, livre dos ares infectados, representados pelos casebres e seus ocupantes. Uma de suas primeiras ações sob o comando do executivo municipal foi fixar novos limites para os perímetros urbano e rural e uma nova subdivisão para o zoneamento territorial; envolvendo as quatro zonas anteriormente definidas em 1933, ou seja, comercial, industrial, residencial e sanatorial.⁶

Nessa medida do Prefeito Francisco José Longo, a Zona Sanatorial, área de topografia privilegiada, foi ampliada, anexando-se a ela todo o espaço compreendido pelo Campo do Putim, posteriormente doado ao Ministério da Aeronáutica. Foram definidas também normas para denominação das vias públicas, numeração, emplacements e registro de ruas particulares.

A mentalidade higienizadora dos administradores públicos, orientados pelas propostas do Sanitarista Saturnino de Brito, citada por

Prefeitura Municipal de São José dos Campos. Não há menção quanto à data de sua elaboração: entretanto, infere-se que se trata de documento elaborado entre 1933 e 1935.

⁵ O saneamento dos espaços centrais das cidades entre as décadas de 1930 a 1950, foi executado pela classe dominante, de acordo com Vilaça (1999, p.177) as obras de remodelação destes espaços atendiam os interesses desta camada.

⁶ São José dos Campos, Ato n. 14, de 11 de outubro de 1938.

Moreira (1997, p.66), oferecem-nos a visão saneadora, modernizante e intervencionista do Estado:

A casa doentia faz os moradores doentes, e não há drogas que curem estes sem que seja aquela previamente curada, isto é, saneada. Para sanear um prédio não basta apenas que sejam fornecidos água e esgoto. É preciso atentar para a planta e sua disposição no lote para se conseguir boa iluminação e ventilação natural, principalmente no caso dos quartos e dos banheiros. E se o edifício não obedece a esses preceitos, deve ser derrubado. Se isto não se puder conseguir nos estreitos e compridos prédios antigos, de vários pavimentos, infestados de alcovas – esses prédios devem ser condenados por insalubridade – são casas assassinas.

Esses preceitos sanitaristas não passaram despercebidos pelo administrador joseense. Em dezembro de 1938, Francisco José Longo determinou a desapropriação dos imóveis localizados no lado par da antiga Rua São José, no espaço compreendido entre a Rua Coronel Monteiro e o prolongamento da Rua Rubião Júnior, necessários para a construção do passeio público, na borda do banhado.⁷

A justificativa da autoridade joseense, para a desapropriação e a demolição dos imóveis, era que essas casas eram, em sua maioria, inadequadas e tinham precárias condições de higiene. A extinção dessas construções insalubres contribuiria para o embelezamento da cidade, favorecendo as condições de higiene e de saúde pública. Consta que 80% desses imóveis eram construídos de taipa e de pau a pique.⁸

De acordo com Vilaça (1999, p.173), aquilo que nas últimas décadas tem sido denominado de planejamento urbano, e que nas décadas de 1930 e 1940 se chamava urbanismo, é a ação do Estado sobre a organização do espaço intra-urbano. O urbanismo está associado à arte urbana, à arquitetura e ao embelezamento urbano; podemos identificar em São José dos Campos, no período das administrações dos Prefeitos Sanitários, entre as décadas de 1930 e 1940, ações do Estado objetivando o melhoramento ou o embelezamento da estrutura viária.

⁷ São José dos Campos, Ato n. 17, de 02 de dezembro de 1938.

⁸ Relatório elaborado na administração do Prefeito Sanitário, Jorge de Molina Cintra, em 24 de outubro de 1941.

A modernização da área central de São José dos Campos e a segregação, passaram a ser o palco de atuação dos prefeitos sanitários, uma vez que as ruas desalinhadas e empoeiradas, os casebres insalubres e também os tuberculosos, ou até mesmo os supostos contaminados, que perambulavam pela cidade, sofreram as ações autoritárias da nova mentalidade governante.

Em meados de 1938, por determinação do interventor Adhemar de Barros e avalizada pelo Prefeito Sanitário, José Longo, instalou-se em São José dos Campos um centro de saúde de primeira classe. Enquanto braço intervencionista, o centro de saúde joseense ganhou esta classificação em virtude do número de médicos fisiologistas, funcionários, equipamentos e poder de intervenção nas esferas públicas e privadas, constituindo-se no principal dispositivo governamental orientado para a tarefa de normatizar o comportamento social.

Bertolli (1996, p.27) sustenta que a rigorosa vigilância sobre os joseenses dava-se através da ação dos médicos e seus subordinados que invadiam as casas, fábricas e lojas comerciais, indicando os infectados pela tuberculose que deveriam ser removidos para outros locais, sob escolta policial caso houvesse resistência.

Dentre as diversas atribuições do centro de saúde, destacam-se a aprovação de plantas das novas construções e inspeções sanitárias que resultaram em notificações exigindo reformas de edifícios e demolição de cortiços que serviam de abrigos para tuberculosos.

Além da pretensa reeducação individual e coletiva e reforma urbana, o braço intervencionista representado pelos Prefeitos Sanitários, objetivava edificar obras imponentes, trilhando suntuosidade das obras públicas que se avolumavam na capital paulista, exemplificada pela concorrência pública, editada em 1939, para a construção de um cine teatro com capacidade para 1400 pessoas.⁹ Entretanto, não houve interesse da iniciativa privada para a edificação desta obra.

A execução das medidas que conformava um plano que tinha objetivos higienistas e de embelezamento só foi reiniciada em janeiro de 1941, com a conclusão do serviço de abastecimento de água e a ampliação da rede de coleta de esgotos e também pela continuidade das demolições de imóveis da Rua São José. Em maio de 1941, foi inaugurado um novo serviço de tratamento e distribuição de água e

⁹ São José dos Campos, Ato n. 28, de 27 fevereiro de 1939, modificado pelo Ato n. 32, de 11 de março de 1939.

ampliada a rede de coleta de esgotos. A partir desse período a distribuição de água pela rede pública eliminou outros meios de abastecimento.

A gestão de José Longo encerrou-se em novembro de 1941, meses depois da demissão do interventor Adhemar de Barros. Em substituição, assumiram, interinamente, Jorge Molina Cintra e Ricardo Couto, respectivamente. Nessas gestões não foram realizadas alterações urbanas, uma vez que o palácio bandeirante anunciava a nomeação do próximo prefeito, filho da terra e funcionário do Departamento das Municipalidades, órgão vinculado à interventoria e detentor de autonomia para interferir nas administrações municipais.

Com a nomeação, por Getúlio Vargas, do novo interventor paulista, Fernando de Sousa Costa, assumiu a Prefeitura Sanitária da Estância Climatérica de São José dos Campos Pedro Popini Mascarenhas. Sua gestão, que pautou-se também por interferências urbanísticas significativas, encerrou-se no início de 1947, período pós Estado Novo.

Na gestão do prefeito Mascarenhas foram intensificadas as desapropriações, grande parte destas ações justificaram-se pela retificação dos traçados de vias centrais, os becos e vielas que lembravam o traçado urbano novecentista foram arrasados para que surgissem quadras regulares e vias ortogonais.

No final de 1942, sob o comando do prefeito Mascarenhas, determinou-se a desapropriação de quatro imóveis localizados na Travessa Francisco Almada e dois imóveis localizados na Rua Humaitá, com área do terreno medindo 2733,5 m² e 673,50 m² de área construída respectivamente, destinados à construção da Delegacia de Polícia e Cadeia.¹⁰

As pedreiras situadas na Serra do Buquira foram também desapropriadas, cuja produção fora utilizada para o calçamento da cidade¹¹. Foi criada posteriormente a taxa de colocação de guias e sarjetas, em decorrência da ampliação desse serviço.¹² Para a retificação do traçado da Rua XV de Novembro, foram desapropriados e demolidos dois imóveis localizados entre a Rua Cel. José Monteiro e a Praça Afonso Pena.¹³ A retificação do traçado da antiga Avenida 24 de Outubro, atualmente Avenida Dr. Nelson D'ávila, exigiu a

¹⁰ São José dos Campos, Decreto Lei n. 41, de 19 de dezembro de 1942.

¹¹ São José dos Campos, Decreto Lei n. 43, de 23 de dezembro de 1942.

¹² São José dos Campos, Decreto Lei n. 45, de 05 de março de 1943.

¹³ São José dos Campos, Decreto Lei n. 49, de 21 de setembro de 1943.

desapropriação de sete imóveis localizados entre a Avenida Dr. João Guilhermino e a Rua Eugênio Bonádio.¹⁴

O terminal rodoviário construído no final da década de 1960, localizado nas proximidades da Praça João Pessoa, foi instalado sobre os escombros da demolição de vinte e um imóveis construídos no quadrilátero conhecido na década de 1940 por beco do cotovelo, formado pela Rua São José (atual Avenida São José), pela Travessa Justino Cobra (com a demolição dos imóveis esta via deixou de existir), pela Avenida Rui Barbosa e pela Praça João Pessoa.¹⁵

Ainda em 1944, o Prefeito Mascarenhas, determinou desapropriação de imóveis localizados entre as ruas Luiz Jacinto, Cel. Madeira, Francisco Berling e Euclides, sobre estas demolições surgiu a retificação do traçado e do alargamento da Rua Luiz Jacinto.¹⁶ A retificação do traçado da Praça Antonio Prado, posteriormente Praça Santana, impôs a desapropriação de dezoito imóveis. Esses imóveis foram demolidos em meados de 1945, eram casas modestas, sendo que a área construída da maioria dessas edificações não ultrapassava 30 m².¹⁷

Como última intervenção urbana de sua gestão, o prefeito Mascarenhas, no final de 1945, determinou a desapropriação de quatro imóveis localizados entre a Rua Dolzani Ricardo e a Avenida Floriano Peixoto, totalizando 472 m² de área, essa medida foi justificada como necessária à ampliação do espaço destinado à construção do Posto de Puericultura.¹⁸

Considerações finais

Com a anuência dos interventores varguistas, em São José dos Campos foram realizadas muitas obras com o objetivo de embelezar e sanear as precariedades de infra-estrutura da cidade¹⁹. A vasta

¹⁴ São José dos Campos, Decreto n. 53, de 11 de fevereiro de 1943.

¹⁵ São José dos Campos, Decreto n. 55, de 11 de fevereiro de 1944.

¹⁶ São José dos Campos, Decreto n. 60, de 20 de outubro de 1944; o terreno desapropriado com área de 1.072 m localizado no encontro das Ruas Luiz Jacinto e Euclides Miragaia, pertencia ao ex-prefeito José Domingues de Vasconcellos.

¹⁷ São José dos Campos, Decreto n. 68, de 21 de junho de 1945. De acordo com esse Decreto, foram desapropriados 18 imóveis, tratando-se de edificações modestas que em muitos casos não ultrapassavam 30 m² de área construída.

¹⁸ São José dos Campos, Decreto n. 70, de 13 de novembro de 1945.

¹⁹ De acordo com Vilaça (1999, p.177) o embelezamento urbano, era a proposta que nossa classe dominante tinha para nossas cidades. A frequência com que a expressão era utilizada não era discurso apenas; refletia ação concreta do Estado.

legislação produzida nas administrações José Longo e Pedro Mascarenhas, respectivamente, e sobretudo a sua efetiva aplicação permite inferir que o ideário modernizante dos Prefeitos Sanitários, alinhados ao Estado Novo, impôs normas sanitárias à sociedade e fundamentalmente impôs um novo desenho urbano à São José dos Campos, modelado pelas aspirações higienistas que se amparavam no conhecimento técnico e científico representados pelos médicos e engenheiros sanitários.

Os planos de melhoramentos urbanos propostos pelos prefeitos sanitários, significaram também a tentativa de reeducação dos moradores joseenses, objetivando formar cidadãos dóceis e produtivos, preconizados pelo Estado Novo. As ações intervencionistas implementadas pelos prefeitos sanitários, revestem-se de similaridades, resguardadas as devidas proporções, com as alterações urbanísticas implementadas, no início do século XX, no Rio de Janeiro, pelo Engenheiro Pereira Passos e pelo Sanitarista Oswaldo Cruz.

No comando do executivo joseense, os Prefeitos Sanitários tinham a orientação de higienizar a cidade; para tanto, o ideário modernizante destes agentes varguistas na Estância tornou escombros os símbolos do atraso econômico, político e social remanescentes dos padrões coloniais e imperiais. As interferências sócio-espaciais em São José dos Campos, originaram o aprofundamento das discriminações, a visão modernizadora dos sanitaristas, ao mesmo tempo que desamparou e expulsou da área central a população mais frágil da cidade, permitiu ainda mais a ampliação dos privilégios e do prestígio político da elite joseense.

O processo de instalação da principal artéria urbana de São José dos Campos levou mais de três décadas para sua efetivação, apenas na gestão do Prefeito Sobral, em 1971, a Avenida São José foi inaugurada, sedimentando o projeto viário de embelezamento urbano formulado no final da década de 1930.

Referências Bibliográficas

ALVES, OR. **Os homens que governaram São Paulo**. São Paulo: EDUSP, 1986.

AMARAL, JF. **Relatório** apresentado à Cadeira de Higiene da Faculdade de Medicina de São Paulo como Inspeção Sanitária no Município de São José dos Campos. São Paulo, set/1930.

BERTOLLI FILHO, C. São José e a ditadura Vargasista. **Cadernos CIRC**. São José dos Campos, n.1, dez./1996.

BONDESAN, A. **São José em quatro tempos**. São Paulo: Bentivegna, 1967.

DIÊGOLI, L.R., **Estado novo – Nova Arquitetura em São Paulo**. In: Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduados em História e do Departamento de História PUC-SP. São Paulo nº 13, p.211 – julho/96

GOTTDIENER, M., **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo. Edusp, 1997.

JAMESON, S. H., **Administração Municipal**. FGV. Rio de Janeiro, 1965.

LEME, MCS., **Urbanismo no Brasil (1895-1965)**. São Paulo: Nobel/FAUUSP/FUPAM, 1999.

MASCARENHAS, R.S. **Contribuição para o estudo da administração dos serviços estaduais de tuberculose em São Paulo**.- Tese apresentada para o cargo de professor catedrático de técnica de saúde pública da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da USP. São Paulo, 1953.

MOREIRA, FD. **A formação do Urbanismo Moderno no Brasil: as concepções urbanísticas do engenheiro Saturnino de Brito**. In Espaços e Debates. São Paulo, nº 40, 1997.

SOUSA A M. S., SOARES L. L., **Modernidade e Urbanismo Sanitário – São José dos Campos**. São José dos Campos-S.P. Papercrom,2002.

VILAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, SR. (orgs.) **O Processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo. Edusp/Fupam, 1999.